

JORNAL da



# MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0044 | JANEIRO DE 2017 - [www.oabmt.org.br](http://www.oabmt.org.br)



## OAB-MT apresenta balanço das ações 2016 em assembleia geral



Página - 9

Judiciário define cronograma de aprimoramento processual carcerário

Página - 7

Rui Ramos descarta fechamento de comarcas em curto prazo

Página - 8

Quase 12 mil foram capacitados pela ESA-MT em 2016

Página - 14

## DIRETORIA DA OAB

**Presidente**  
Leonardo Pio da Silva Campos

**Vice-Presidente**  
Flávio José Ferreira de Souza

**Secretário-Geral**  
Ulisses Rabaneda dos Santos

**Secretária-Geral Adjunta**  
Gisela Alves Cardoso

**Diretor Tesoureiro**  
Helmut Flávio Preza Dalto

### Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior  
Gabriela Novis Neves Pereira Lima  
Joaquim Felipe Spadoni  
Josemar Carmerino dos Santos  
Liliana Agatha Hadad Simioni  
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

### Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi  
Alfredo José de Oliveira Gonzaga  
Alinor Sena Rodrigues  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Betsey Polistchuck de Miranda  
Breno Augusto Pinto de Miranda  
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto  
Dinara de Arruda Oliveira  
Eduardo Alves Marcal  
Eduardo Marques Chagas  
Eduardo Ramsay de Lacerda  
Élbio Gonzalez  
Elizete Bagatelli Gonçalves  
Ericson Cesar Gomes  
Fábio de Sá Pereira  
Fabio Luis de Mello Oliveira  
Fabiola Cássia de Noronha  
Sampaio  
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo  
Fernando Henrique Machado da Silva  
Flávia Carrazzone Ferreira  
Flaviano Kleber Taques Figueiredo  
Francys Ricardo Menegon  
Gildo Capeleto  
Hélio Machado da Costa Júnior  
Hélio Nishyama  
Igor Girardi Faria  
Ivo Matias  
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior  
José Eduardo Polisel Gonçalves  
José Patrocínio de Brito Júnior  
José Sebastião de Campos Sobrinho  
Juliana Ribeiro Salvador  
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho  
Luis Filipe Oliveira de Oliveira  
Luis Henrique Nucci Vacaro  
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior  
Luiz da Penha Corrêa  
Marisol Nespoli  
Mauro Paulo Galera Mari  
Mauro Portes Júnior  
Nelson Aparecido Manoel Júnior  
Paula Regina de Toledo Ribeiro  
Pedro Martins Verão  
Regina Célia Sabioni Lourimier  
Reinaldo Américo Ortigara  
Ricardo Ferreira Garcia  
Ricardo Moraes de Oliveira  
Roberta Vieira Borges  
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo  
Rogério Lavezzo  
Samir Dartanhan Ramos  
Samir Hammoud  
Sandro Luis Costa Saggin  
Selma Cristina Flores Catalan  
Selma Pinto de Arruda Guimarães  
Sirlene de Jesus Bueno  
Suerika Maia de Paula Carvalho  
Tânia Regina Ignotti Faiad  
Tatiane de Barros Magalhães  
Valdir Miquelin  
Vinícius Dall Comune Hunhoff  
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

### 1ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Flavio José Ferreira  
**Membros:** José Patrocínio de Brito Junior  
Jose Eduardo Polisel Gonçalves  
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira  
Tania Regina Ignotti Faiad

### 2ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Ulisses Rabaneda dos Santos  
**Membros:** Pedro Martins Verão  
Luiz da Penha Correa  
Breno Augusto Pinto de Miranda  
Hélio Machado da Costa Junior  
Eduardo Alves Marçal

### 3ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Gisela Alves Cardoso  
**Membros:** Jose Sebastião de Campos Sobrinho  
Fernando Augusto Vieira Figueiredo  
Roberta Vieira Borges  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

### Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

**Presidente**  
Itallo Gustavo de Almeida Leite

**Vice-presidente**  
Xênia Michele Artmann Guerra

**Secretário-Geral**  
Ana Carolina Naves Dias Barchet

**Secretário-Geral Adjunto**  
José Luiz de Aguiar Bojikian

**Tesoureiro**  
Leonardo de Mesquita Vergani

**Diretores**  
Ariane Martins Fontes  
Clarissa Lopes Dias  
Gisele Gaudêncio Alves da Silva  
Raquel Cristina Rockenbach Bleich  
Viviane Cristine Caldas

### Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

**Diretor Presidente**  
Marco Antônio Lorga

**Diretor - Adjunto**  
Bruno Devesa Cintra

**Secretário - Geral**  
Sílvio Soares da Silva Junior

**Secretária - Geral Adjunta**  
Marina Ignotti Faiad

**Coordenador Pedagógico**  
Dr. Carlos Eduardo Silva e Souza

**Contatos:** (65) 3613-0956/0957

## RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	<b>QUARTA TURMA</b>			<b>OITAVA TURMA</b>		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
<b>PRIMEIRA TURMA</b>			<b>QUINTA TURMA</b>			<b>NONA TURMA</b>		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
<b>SEGUNDA TURMA</b>			<b>SEXTA TURMA</b>			<b>DÉCIMA TURMA</b>		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
<b>TERCEIRA TURMA</b>			<b>SÉTIMA TURMA</b>			<b>DÉCIMA PRIMEIRA TURMA</b>		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

**Jornalistas:**  
Marianna Marimon - DRT/MT 2086  
Sissy Cambium - DRT/MS 0604  
Paula Peres - DRT/MT 1243



## EXPEDIENTE

**Contatos Assessoria de Imprensa:**

**OAB/MT** - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

**Mídias Sociais:**  
www.facebook.com.br/oabmt  
www.facebook.com.br/oabmatogrosso  
www.twitter.com.br/oabmt

**CAA/MT** (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br  
www.facebook.com.br/caaoabmt

**Publicidade:** Boletim Informativo - Comunicação Institucional

**Tiragem:** 17.000 exemplares

**OAB Mato Grosso** - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -  
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914  
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

**Fotografias:** , Andréa Lobo e Thiago César-F5 /  
Assessoria de Imprensa OAB-MT

**Diagramação e Editoração:** Cláudio Castro - DRT/MT 351

# OAB-MT discute manutenção da comarca de Colniza e presidente do TJ descarta desativação

Diante das notícias acerca da possibilidade de extinção da comarca de Colniza, uma comitiva com representantes de diversos setores do município, capitaneada pela vice-presidente da subseção de Juína da OAB-MT, Inaíta Gomes Ribeiro Soares Carvalho Arnold, reuniu-se com o presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembargador Rui Ramos, para apresentar as peculiaridades da comarca e defender sua manutenção.

O presidente do Poder Judiciário fez questão de esclarecer que não houve, de sua parte, qualquer manifestação acerca da possibilidade de desativar a comarca de Colniza e, após ouvir a apresentação da comitiva, se propôs a estudar o que é possível ser feito pelo Poder Judiciário, dentro de suas limitações orçamentárias, para amenizar as dificuldades na região.

“Podem ficar a região e a população, especialmente de Colniza, absolutamente tranquilas, tendo-se em vista que não há possibilidade imediata e nem num futuro próximo de qualquer ação no sentido de extinção da comarca”, explicou Rui Ramos.

Ele explica que há uma readequação dos projetos do Poder Judiciário e que, inclusive, foi nomeado recentemente um oficial de Justiça para atuar em Colniza e, em breve, deve ser realizada uma visita ao local a fim de verificar as ações podem ser feitas para que a população da região seja melhor atendida pelos serviços judiciários.

Além da comitiva que contou com o prefeito Esvandir Antonio Mendes, vereadores e advogados, também participaram da reunião o deputado estadual Oscar Bezerra, o deputado federal Victorio Galli, o diretor tesoureiro e o presidente da OAB-MT, Helmut Flávio Preza Daltro e Leonardo Campos, respectivamente.

Com a garantia de manutenção da



comarca, a vice-presidente da subseção de Juína apresentou as principais demandas do Poder Judiciário em Colniza e propostas para melhorar a situação.

Neste sentido, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, reforçou o pedido já apresentado à Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso para

que seja permitido o parcelamento do pagamento de custas processuais.

“Nossa população pode ficar tranquila porque temos a palavra do presidente e vemos que ele trata disso com muita seriedade”, afirmou o prefeito. De acordo com ele, mais do que as cobranças por melhorias, o Poder Judiciário pode contar com o apoio do município.

“Estou extremamente feliz com a certeza de que fomos ouvidos, atendidos e que nossas demandas foram compreendidas. Foi uma reunião totalmente satisfatória e vamos acalmar a população, advogados e cartórios acerca da manutenção da nossa comarca”, esclareceu Inaíta Arnold.

Rui Ramos destaca que, com a reunião, foi muito bem esclarecida toda a situação criada. “Se alguém tinha uma intenção deletéria, vê-se o efeito contrário, no sentido de que, na verdade, vamos fazer um esforço especial para atender as necessidades mais primordiais daquela comarca”, finalizou.



## Piso salarial da advocacia tem reajuste para o exercício em 2017

Conquista recente da advocacia, o piso salarial teve reajuste para o exercício em 2017 e agora o valor para exercer a atividade por 40 horas semanais passa a ser de R\$2.424,61 e por 20 horas semanais é de R\$1.481,70.

O piso salarial do advogado empre-

go privado no âmbito de Mato Grosso é reajustado anualmente, conforme a lei estadual nº 9.833/2012.

Para o presidente da Comissão da Jovem Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Mario Medeiros, o piso sala-

rial garante a inserção dos jovens advogados no mercado de trabalho.

“O piso salarial é instrumento importante na valorização da advocacia e sobretudo uma garantia para que a jovem advocacia tenha condições de buscar sua inserção no mercado, sem precisar enfren-

tar situações aviltantes ao seu exercício profissional”, afirmou Mario Medeiros.

O reajuste do piso salarial é realizado sempre no dia 1º de janeiro do ano subsequente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

# Subseção de Várzea Grande representa sociedade no Conselho das Cidades

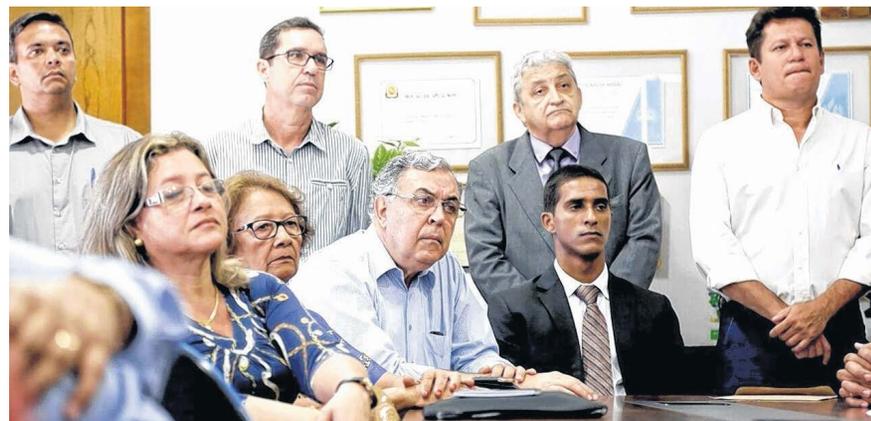
A subseção da OAB-MT de Várzea Grande representa a sociedade civil organizada no Conselho das Cidades (ConCidade) do município. Os membros do ConCidade tomaram posse no dia 24.

A presidente da Subseção de Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti destacou a composição do conselho com a participação da OAB.

“A OAB-VG inicia o ano de 2017, tomando posse no ConCidade, como representante da sociedade civil organizada, tendo como membros a advogada Raquel

de Oliveira Correa como titular e seu suplente o advogado Vitor Lima de Arruda, dentre outros advogados que fortalecem o Conselho temos Adauton Cesar de Almeida, como presidente da ACIVAG e Thiago Coelho como representante da Procuradoria Geral do município”, ressaltou.

O Conselho das Cidades além de auxiliar na execução do Plano Diretor do município também atua na proposição de programas para o desenvolvimento urbano, de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana.



## Após pedido da Subseção, Sesp realiza audiência pública para debater criminalidade em Peixoto de Azevedo

Atendendo ao pedido do presidente da subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT, Marcus Macedo, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) realizou uma audiência pública no município para discutir a criminalidade e medidas de segurança para a população, no dia 31, no Fórum da Comarca.

“A participação da sociedade civil organizada na audiência pública é de suma importância para colaborarmos com a construção de um sistema de segurança pública adequado aos anseios da população peixotense”, destacou Marcus Macedo.

Diante do crescimento do número de homicídios no município, o presidente da 14ª Subseção reuniu-se como secretário-adjunto da

Sesp, Gustavo Garcia, para solicitar adoção de medidas imediatas.

Uma das propostas apresentadas pelo presidente da OAB Peixoto de Azevedo foi a realização da audiência pública que foi prontamente atendida pelo secretário. Ele ainda se comprometeu a traçar um plano para reforço do efetivo policial no município.

No dia 19, foi realizada uma reunião na Capital que definiu a criação e uma força-tarefa para investigar e tentar diminuir a criminalidade em Peixoto de Azevedo.

Conforme os dados da Sesp, somente no último trimestre do ano passado foram registrados 24 homicídios em Peixoto de Azevedo sendo que, de janeiro a setembro do mesmo ano, ocorreram 20 assassinatos.

## TDP recebe documentos sobre agressão de policial militar a advogado em Nova Xavantina

O Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) recebeu a documentação referente à agressão sofrida por um advogado em Nova Xavantina por um policial militar, durante o exercício da profissão. O caso ocorreu no dia 15 de janeiro e está em análise pelo presidente do TDP, André Stumpf e do secretário-geral, Maurício Magalhães.

A subseção de Nova Xavantina emitiu uma nota de repúdio devido ao episódio. Conforme a nota, o advogado José Roberto de Oliveira Silva recebeu uma ligação telefônica para acompanhar um cliente que havia sido abordado pela Polícia Militar.

“Ao seguir até o batalhão da PM, tentando acompanhar o procedimento, mesmo se identificando na condição de advogado – foi impedido. Após ter sido arrancado de suas mãos o celular que estava filmando, o policial militar – sargento Juarez – agrediu fisicamente o advogado José Roberto de Oliveira

Silva”, explica a nota.

O Comando da Polícia Militar de Nova Xavantina emitiu nota de esclarecimento sobre o fato, admitindo a agressão sofrida pelo advogado. “Os policiais não permitiram sua entrada e não permitiram que o mesmo fizesse as imagens, uma vez que a unidade policial se trata de área de segurança. Este senhor teria tentado entrar a força no quartel, onde foi impedido por um policial, o qual usou de força física para contê-lo e imediatamente realizar a sua detenção”.

A nota de repúdio da Subseção destaca o artigo 133 da Constituição Federal: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

“Ora, o ato violento praticado pelo policial, atenta contra o livre exercício profissional da advocacia, contra o direito constitucional e o próprio Estado democrático de direito”, destaca a nota de repúdio.



# Presidente do PJMT sinaliza para contratação de servidores em Colíder

Uma das principais demandas da advocacia e da população da região de Colíder é o aumento do número de servidores no Poder Judiciário. Após uma rodada de reuniões itinerantes nas comarcas abrangidas pela subseção de Colíder, este foi o principal apontamento feito pelos profissionais no início deste ano.

A convite do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, o presidente

da subseção de Colíder, Ricardo Zeferino Pereira, reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos.

Durante o encontro, ele apresentou a necessidade de pelo menos mais oito servidores atuando na comarca de Colíder, sendo quatro analistas e quatro técnicos.

O requerimento para a contrata-

ção de servidores foi apresentado ao Poder Judiciário ainda no ano passado. Ao tomar conhecimento, o presidente Rui Ramos prontamente verificou a situação da comarca.

Há, atualmente, a possibilidade de nomeação de dois analistas e até quatro técnicos aprovados no concurso. Contudo, o Poder Judiciário fará um estudo de impacto financeiro para assegurar a nomeação dos servi-

dores, sendo considerada prioritária a contratação de analistas, uma vez que cabe a eles a incumbência de trabalhar no Processo Judicial Eletrônico (PJE).

“Voltamos satisfeitos. O presidente demonstrou bastante interesse em resolver não apenas os problemas de relacionados à falta de servidores, mas também os de infraestrutura do Poder Judiciário na nossa comarca”, avaliou Ricardo Zeferino Pereira.

## Subseção de Colíder realiza reuniões itinerantes

Para discutir as demandas vivenciadas pelos profissionais da advocacia de cada localidade, a Subseção de Colíder da OAB-MT realizou uma série de reuniões itinerantes neste mês de janeiro. A primeira reunião foi realizada no dia 19 em Marcelândia.

O presidente da Subseção de Colíder, Ricardo Zeferino Pereira, explica que é importante a participação de todos os advogados, inclusive daqueles que não sejam inscritos na subseção.

A proposta é que sejam realizadas pelo menos duas reuniões em cada comarca por semestre.

**Marcelândia** - Um encontro produtivo com a maioria dos representantes da advocacia do município, no dia 19. O espaço para debater as opiniões e discutir melhorias para a advocacia da localidade contou com a participação de advogados de Marcelândia, do advogado de Colíder Frederico Stecca Cioni e do delegado da Caixa de Assistência dos Advogados de

Mato Grosso (CAA-MT), Adalberto Cesar Pereira Martins Junior.

De acordo com o presidente da subseção de Colíder, Ricardo Zeferino Pereira, entre as principais preocupações da advocacia da localidade está a falta de servidores atuando no Poder Judiciário da comarca.

Quando a isso, ele explica que a subseção já vem tomando as providências junto ao Poder Judiciário. O grupo também foi recebido pelo juiz substituto da comarca Rafael Siman Carvalho.

**Nova Canaã do Norte** - No dia 26,

foi promovida reunião itinerante com a advocacia de Nova Canaã do Norte. Presidente da subseção de Colíder, Ricardo Zeferino Pereira explicou que o encontro é aberto a todos os profissionais da advocacia, inscritos ou não na subseção, e visa identificar as principais demandas e debater melhorias para o desenvolvimento da atividade na comarca.

**Itaúba** - Advogados e advogadas que atuam na comarca de Itaúba participaram de reunião itinerante no dia 24. Na reunião de Itaúba também participou o presidente da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da Subseção de Colíder, Tales Sales.

De acordo com o presidente da subseção, Ricardo Zeferino Pereira, assim como em outras comarcas da região, o principal problema enfrentado pela advocacia tem sido quanto à falta de servidores no Poder Judiciário.

Quando a isso, ele esclarece que a OAB Colíder tem tomado as providências desde o ano passado.



# Comissão alerta para compra de material escolar

Com o início do ano letivo, também começa a busca dos pais de estudantes pelos melhores preços, mas é preciso prestar atenção para evitar eventuais abusos. A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da OAB-MT alerta sobre os direitos dos consumidores na hora de efetuar matrículas e comprar material escolar.

De acordo com a Lei federal nº 12.866/2013, que trata do valor total das anuidades escolares, entre outros, é expressamente proibido que o consumidor honre com eventuais pagamentos adicionais e/ou fornecimento de materiais escolares de uso coletivo dos estudantes e da própria instituição.

Desta forma, o presidente da CDC, Rodrigo Palomares, explica que são vedados de compor a lista de materiais escolares produtos como material de limpeza, papel higiênico, copos descartáveis, tonner de impressora, fita

adesiva, etc.

“É importante observar que se alguns produtos constarem na lista com quantidade exagerada, ou seja, supostamente para uso coletivo, o consumidor tem o direito de ter acesso ao plano de ensino do ano letivo para verificar se há ou não abuso no pedido”, destacou.

Ele ainda ressalta que é vedado pelo Código de Defesa do Consumidor a imposição pela instituição de ensino da marca do material escolar a ser adquirido, bem como do local para a compra, sob pena de configuração do crime de venda casada.

Segundo Palomares, se houver prejuízo, o consumidor terá direito a reembolso no dobro do valor que ele teve que desembolsar, podendo, inclusive, se ocorrer, se indenizado por danos extrapatrimoniais (moral, imagem, temporal, existencial, etc).

## OAB-MT cobra notificação prévia para desligamento de rede de água

Membro do Conselho Participativo da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Arsec), a OAB-MT propôs, durante a reunião realizada no dia 24, que nas áreas de invasão onde já existem rede de água e esgoto, os moradores sejam previamente notificados para a adequação da situação.

Em agosto do ano passado foi sancionada a lei que proíbe as concessionárias de água e esgoto e de energia elétrica de realizarem novas ligações em áreas urbanas recentemente invadidas que se caracterizem como loteamentos clandestinos.

Ainda, o descumprimento da legislação prevê multa de R\$ 5 mil por unidade de consumidora ligada sem

autorização do Poder Público e obriga a concessionária a fazer o desligamento.

No entanto, nos locais onde já existiam as ligações houve episódios de retirada da rede com tratores.

Diante da situação, o representante da OAB-MT no Conselho Participativo da Arsec, Waldir Caldas, propôs uma revisão da legislação, bem como de seu decreto regulamentador, para que nestes locais haja uma notificação prévia aos moradores, fixando e informando o prazo para adequação à lei.

Assim, além de cumprir o objetivo de evitar que novas invasões sejam consolidadas, permite ao município em situação irregular se adequar à legislação e manter seu abastecimento de água



### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

apresenta



#### LISTA DE ITENS VETADOS

Álcool, Algodão, Argila, Balde de praia, Balões, Bolas de sopro, Brinquedo, Caneta para lousa, Canudinho, Carimbo, Cartolina em geral, Cola em geral, Copos descartáveis, Cordão, Creme dental, Pendrive, CD's e DVD's (ou outros produtos de mídia), Elastex, Envelopes, Esponja para pratos, Estêncil a álcool e óleo, Fantoche, Feltro, Fita dupla face, Fita durex em geral, Fita para impressora, Fitas decorativas, Fítilhos, Flanelas, Garrafa para água, Gibi infantil, Giz branco e colorido, Glitter, Grampeador e grampos, Isopor, Jogo pedagógico, Jogos em geral, Lã, Lenços descartáveis, Livro de plástico para banho, Lixa em geral, Maquiagem, Marcador para retroprojektor, Massa de modelar, Material para escritório (sem uso individual), Material de limpeza em geral, Medicamentos, Palitos de churrasco, Palito de dente, Palito de picolé, Papel em geral (exceto quando solicitado, no máximo, uma resma por aluno), Papel higiênico, Papel ofício colorido, Piloto para quadro branco, Pincel atômico, Pincel para pintura, Plásticos para classificador, Pratos descartáveis, Pregador para roupas, Sacos plásticos, Tintas em geral, Tonner para impressora.

Obs: alguns materiais podem, excepcionalmente, constar na lista, desde que a quantidade não seja considerada para uso coletivo.

Alguma dúvida no material escolar de seus filhos?  
Envie e-mail para: [comissoes@oabmt.org.br](mailto:comissoes@oabmt.org.br)



## Conselho da Comunidade da Capital inicia processo de oficialização com auxílio da OAB-MT

Em reunião extraordinária realizada no dia 18, o Conselho da Comunidade deu início ao processo de sua oficialização, permitindo a efetivação de políticas públicas relativas ao sistema carcerário da Capital.

Conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal, em seu artigo 80, cada comarca deverá contar com um Conselho da Comunidade composto, no mínimo, por representantes de associação comercial ou industrial, advogado indicado pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defensor público indicado pelo Defensor Público Geral e assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

Cabe ao Conselho da Comunidade visitar, pelo menos mensalmente,

os estabelecimentos penais existentes na comarca, entrevistar presos, apresentar relatórios mensais a juíza da execução e ao conselho penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

Representante da OAB no Conselho da Comunidade da Capital, Waldir Caldas está organizando a documentação para a oficialização do órgão.

Contudo, o grupo já vem se reunindo pontualmente para a discussão das ações a serem implementadas e participando efetivamente das reuniões promovidas pelos poderes Executivo e Judiciário para tratar do sistema penitenciário de Mato Grosso.

# Judiciário define cronograma de aprimoramento processual carcerário

Em reunião realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso no dia 17 foi definido o cronograma de audiências do “Aprimoramento Processual Carcerário” (mutirões) que será realizado em Mato Grosso nos próximos 90 dias a fim de amenizar a situação de superlotação nas unidades penais do Estado.

A proposta consiste na realização de um esforço concentrado do Poder Judiciário, disponibilizando um maior número de magistrados para a comarca na data marcada para o aprimoramento processual, onde serão analisados todos os processos, além de uma conversa direta com o preso.

O plano de ação foi debatido com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) integrado por representantes de diversas instituições ligadas ao sistema.

Conforme a corregedora-geral de Justiça de Mato Grosso, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o cronograma contemplará todas as comarcas por meio das ações realizadas em cada um dos 11 polos.

Coordenador do GMF, o desembargador Gilberto Giraldelelli explica que todos os processos serão analisados. “Se o advogado tiver algum interesse, ele pode ir lá e participar do mutirão, inclusive identificar a situação do preso aonde ele aponta eventual irregularidade que vai ser analisado”.

Durante o período de realização do mutirão na comarca pólo as audiências serão suspensas para que todos os esfor-

ços sejam concentrados na análise destes processos.

Uma das preocupações da Corregedoria é quanto à estrutura de apoio para que o aprimoramento processual ocorra, sendo necessária a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

“Teremos uma quantidade de juízes e, necessariamente é preciso ter promotores e advogados porque funciona como uma engrenagem. Não adianta ter o juiz e não ter o advogado para fazer o requerimento dos pedidos que serão porventura cabíveis àqueles presos. Por isso a participação da OAB-MT é de fundamental importância”, destacou o desembargador Gilberto Giraldelelli.

Isso porque em algumas das comarcas pólo não há qualquer estrutura da Defensoria Pública.

Representando a OAB-MT, o presidente da Comissão de Direito Carcerário Waldir Caldas sugere que a advocacia seja notificada a se manifestar nesses processos a fim de que os advogados que entendem que têm algo a requerer nessa fase possam peticionar tendo em vista o calendário de ações do aprimoramento processual.

Ainda, a proposta é que a OAB-MT possa contribuir com a participação voluntária de advogados. As subseções que atuam nas comarcas designadas para o mutirão podem pesquisar em seus quadros aqueles que voluntariamente possam colaborar fazendo o trabalho nos locais onde a Defensoria Pública ainda não está devidamente criada e constituída.



## Confira o cronograma do Aprimoramento Processual Carcerário:

- Água Boa
- Primavera do Leste
- Sinop
- Rondonópolis
- Juína
- Cáceres
- Diamantino
- Alta Floresta
- Tangará da Serra
- São Félix do Araguaia
- Cuiabá

- (Polo IX) - 6 a 10 de fevereiro
- (Polo VIII) - 15 a 17 de fevereiro
- (Polo III) - 20 a 24 de fevereiro
- (Polo VII) - 6 a 10 de março
- (Polo X) - 15 a 17 de março
- (Polo II) - 22 a 24 de março
- (Polo V) - 29 e 30 de março
- (Polo IV) - 3 a 6 de abril
- (Polo VI) - 14 a 20 de abril
- (Polo XI) - 26 a 28 de abril
- (Polo I) - 2 a 10 de maio

## Estado e entidades elaboram plano de ação emergencial

Após a reunião entre Governo de Mato Grosso, Poder Judiciário de Mato Grosso, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a OAB-MT no dia 13, representantes de todas as entidades voltaram a se reunir com os secretários de Estado de Justiça e Direitos Humanos, coronel Airton Benedito Siqueira, e de Segurança Pública, Rogers Jarbas, no dia 16 para a conclusão do plano de ação emergencial para o sistema penitenciário.

Tratam-se de ações de início imediato e desenvolvimento em curto prazo que visam evitar uma crise penitenciária

em Mato Grosso tendo como principal ponto de enfrentamento neste momento a superlotação nas principais unidades prisionais do Estado.

Uma das primeiras medidas será a realização de um mutirão carcerário a fim de identificar os presos provisórios para a devida tramitação processual de seus casos. Também está sendo estudada a ampliação de aproximadamente 1 mil vagas nas unidades penais.

Presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas, debateu todos os pontos do plano e ratificou o apoio da Ordem

nas ações emergenciais.

Ao todo, o plano conta com 10 pontos: Força Tarefa para análise dos processos de presos provisórios; Implantação de audiências de custódia no interior; Efetivação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada; Agilidade no julgamento dos processos de réus presos; Disponibilização de médico psiquiatra para realização de exames criminológicos determinados pelos juízes da execução penal, Implantação do Sistema de Gestão Penitenciária; Retomada dos trabalhos do Comitê Multi-institucional de emissão de alvarás de soltura e aprimoramento da gestão da

informação para permitir o monitoramento integrado dos órgãos de fiscalização; expansão dos serviços de monitoramento para o interior e disponibilização de mais dispositivos de monitoramento eletrônico (tornozeleiras), além de maior investimento na infraestrutura física e humana da central de monitoramento; Destinação de recursos provenientes de multas judiciais, prestação pecuniária e outros em conformidade com o art. 2º da Lei Complementar n 498 que institui o Fundo Penitenciário e Otimização do número de vagas com reformas e ampliações das unidades penais.

# Rui Ramos descarta fechamento de comarcas em curto prazo

A possibilidade de extinção de varas e comarcas em Mato Grosso aventada no fim do ano passado chamou a atenção e preocupou os usuários da Justiça, especialmente no interior do Estado.

Isso porque no início de dezembro teria sido criada uma comissão no Tribunal de Justiça de Mato Grosso com o objetivo de estudar as readequações necessárias diante da redução do orçamento do Poder Judiciário par ao exercício de 2017.

Contudo, o presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso, desembargador Rui Ramos, cuja gestão teve início neste ano, descartou qualquer possibilidade de desativação de comarcas num futuro próximo.

“No presente momento não temos nem a continuidade do estudo”, destacou o presidente.

De acordo com ele, o estudo foi iniciado em meio às declarações do governador Pedro Taques acerca de redução no valor do repasse ao Poder Judiciário. Agora, com a definição da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017, haverá uma necessidade de readequação de alguns projetos e ações.

“É muito bom esclarecer toda essa situação criada porque nunca houve declaração da minha parte falando do fechamento de comarca A ou B”, pondera o desembargador.

Logo em seus primeiros dias de gestão, a crise no sistema penitenciário brasileiro demandou um esforço especial do Poder Judiciário.

Diante das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nestes primeiros 90 dias de 2017, a gestão de Rui Ramos à frente do PJMT terá como ponto focal a busca de soluções, por parte do Poder Judiciário, para o sistema prisional de Mato Grosso.

“Olha, o estudo, nesse momento, com relação à desativação de varas e comarcas passou a ficar em segundo plano. Nós não vamos ver isso agora porque temos prioridades que surgiram nos primeiros dias de gestão e que estão exigindo uma atenção mais densa do Poder Judiciário”, concluiu o desembargador.



## OAB-MT interpela judicialmente jornalista que acusou advogados

A OAB-MT propôs no dia 25 interpelação judicial em face do jornalista Augusto Nunes. O pedido protocolado na 5ª Vara Cível de Cuiabá é para que o âncora explique as acusações realizadas contra advogados no programa O Livre, exibido pela TV Band MT.

De forma contundente, o jornalista atribuiu aos profissionais da advocacia a responsabilidade por

levar armas e celulares às unidades prisionais.

A medida judicial é para que Augusto Nunes explique as acusações e contribua com informações que possam identificar os profissionais que, porventura, cometam esse tipo de irregularidade em Mato Grosso para que o Poder Judiciário, bem como, a OAB-MT adotem as providências cabíveis.

Conforme previsto na Lei 8.906/94, é finalidade da Ordem promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados.

A afirmação feita pelo jornalista de forma generalizada atinge toda a classe dos advogados. Portanto, se o mesmo tiver conhecimento dos fatos criminosos, deve nominar os profissionais da advocacia que estariam

incorrendo na referida prática.

Assim, para que possa instaurar o devido processo ético-disciplinar em desfavor dos advogados que tenham praticado as ações declaradas por Augusto Nunes, a OAB-MT pediu a interpelação do jornalista a fim de que ele nomeie quais advogados supostamente facilitam a entrada de armas e celulares nos presídios de Mato Grosso.

# OAB-MT apresenta balanço das ações 2016 em assembleia geral

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realiza assembleia geral para prestação de contas e de serviços referente ao exercício de 2016 à toda advocacia e sociedade em geral, no dia 21 de fevereiro, no auditório da entidade às 9h.

O relatório de gestão da OAB-MT será apresentado pelo presidente Leonardo Campos e pelo diretor tesoureiro Helmut Preza Dalto.

O exercício de 2016 foi marcado pela reaproximação da entidade com os advogados e sociedade em geral. Neste primeiro ano da gestão 2016/2018, a OAB-MT atuou na defesa das prerrogativas da advocacia e realizou cinco atos de desagravo, sendo em Barra do Garças, Tangará da Serra e Cuiabá.

Além disso, a entidade também reassumiu o seu papel de advogada da sociedade, tendo participado dos principais debates em nível nacional e estadual. A OAB-MT aprovou por unanimidade apoio ao impeachment da ex-presidente da República, Dilma Rousseff.

A OAB-MT também intermediou no Estado, o debate entre o governo e servidores sobre o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). Também intermediou a greve dos bancários. E nesta atuação em defesa da sociedade, garantiu o pagamento da RGA aos servidores do Poder Judiciário.

Em parceria com a TV AL, Rádio AL e Rádio Capital, a OAB-MT promoveu debate com os candidatos à Prefeitura de Cuiabá no auditório da entidade, proporcionando maior conhecimento a respeito das principais propostas para a Capital do Estado. Para as eleições, a OAB-MT também lançou o aplicativo Eleitor Fiscal, que permite o sigilo nas denúncias eleitorais.

Para garantir as prerrogativas da advocacia, a OAB-MT também realizou outras ações como acesso ao Fórum de Cuiabá mediante apresentação de carteira da OAB, e acesso preferencial para gestantes e lactantes no Tribunal Regional do Trabalho e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Ainda no que concerne às prerrogativas, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) André Stumpf realizou palestras nas Subseções da OAB-MT através da Caravana das Prerrogativas.

O projeto Advocacia Empreendedora, um dos compromissos firmados pela OAB-MT, foi lançado em parceria com a MT Fomento, que garante linhas especiais de créditos para a jovem advocacia.

A interiorização das ações da OAB-MT também foi um compromisso desta gestão. Os cursos da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT) acontecem no interior do Estado como pós-graduações e aulas telepresenciais.

A OAB-MT também levou o I Colégio de Presidentes para o município de Barra do Garças e o II Colégio de Presidente foi realizado em Mirassol D'Oeste. A Subseção de Sinop também recebeu a I Conferência Estadual da Mulher Advogada e I Encontro da Jovem Advocacia, que contou com a presença do presidente do Conselho Federal da OAB, Cláudio Lamachia.

COLÉGIO DE PRESIDENTES



COMIÇÕES TEMÁTICAS



MÊS DA ADVOCACIA



SEMANA JURÍDICA



MULHER ADVOGADA



DEBATE ELEIÇÕES



CLIMATIZA JÁ



ATO DE DESAGRAVO



# OAB-MT e comitiva de Poconé solicitam criação de nova vara

Em reunião com o presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembargador Rui Ramos, no dia 30, a OAB-MT solicitou criação da 2ª Vara de Poconé.

No encontro, capitaneado pela presidente e pelo secretário-geral da Subseção de Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti e Richard Becker, a OAB-MT apresentou a demanda para a designação de um novo juiz colaborador para atuar na comarca de Poconé.

Contudo, diante do constante aumento do número de proces-

sos que tramitam na comarca, foi destacada a viabilidade para a implantação da 2ª Vara de Poconé.

Para isso, o prefeito Tatá Amaral e o presidente da Câmara de Vereadores, Ademir Zulli, ressaltaram a possibilidade do município contribuir com o que for possível para a criação da nova vara, além do Fórum da Comarca já contar com estrutura física apropriada para sua instalação.

Flávia Petersen Moretti lembra que é imprescindível a presença do magistrado na comarca de Poconé e declarou que

a advocacia da região fica muito feliz ao ver que o presidente do PJMT não apenas entendeu essa necessidade, mas deixou clara a possibilidade da criação de um segunda vara.

“Isso irá refletir muito bem no Município de Poconé”, declarou o prefeito Tatá Amaral.

A participação dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Município demonstra que a demanda não é apenas do Judiciário, mas sim voltada a toda a população.

“Foi uma reunião muito proveito-

sa. Para que o Poder Judiciário cumpra sua missão de levar a paz por meio da Justiça, é preciso atuar de forma célere e atendendo às necessidades da população”, explicou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

De acordo com ele, o fato da comarca já contar com um Fórum estruturado para receber uma 2ª Vara já é meio caminho andando para o processo de criação.

Após a apresentação das demandas da comarca de Poconé, o desembargador Rui Ramos se comprometeu

a designar imediatamente um juiz colaborador e analisar o processo para a criação da 2ª Vara.

Ele ainda lembrou que Poconé é uma comarca que merece uma atenção maior do Poder Judiciário, inclusive pela sua perspectiva social.

Leonardo Campos, que somente neste ano tem participado de diversas reuniões junto ao presidente do PJMT para apresentar as demandas da advocacia do interior, destaca que este é de seus compromissos assumidos com a advocacia de Poconé.



## OAB-MT debate construção de novo Fórum em Várzea Grande

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos; a presidente da subseção de Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti e o secretário-geral da subseção OAB Várzea Grande, Richard Becker, reuniram-se com o presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembargador Rui Ramos, para discutir a construção de um novo prédio para abrigar o Fórum.

A presidente da subseção de Vár-

zea Grande apresentou uma série de dificuldades vivenciadas no prédio atual em relação à infraestrutura, inclusive do cabeamento necessário para o pleno funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJE), por exemplo.

Ela ainda ressaltou que, no Jardim Glória, a demanda já supera em muito a estrutura oferecida.

Diante da situação, Rui Ramos sinalizou a intenção de construir uma

nova sede do Fórum de Várzea Grande, contudo, é necessário que antes seja feito o estudo de viabilidade econômica.

Flávia Moretti se propôs a apresentar o masterplan do município que está recebendo as instalações do Parque Tecnológico e o campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), prestes a entrar em funcionamento.

“Quero visitar pessoalmente o

local e analisar o projeto existente”, declarou o presidente do PJMT em relação ao prédio previsto para ser construído no Bairro Chapéu do Sol.

Leonardo Campos ponderou que a OAB-MT tem ciência das limitações orçamentárias do PJMT, mas ressaltou a disponibilidade do desembargador em receber as reivindicações da comarca e que tal pleito deve ser tratado com prioridade.

# Quase 12 mil foram capacitados pela ESA-MT em 2016



Destinada a coordenar atividades que visem a elevação do nível cultural dos profissionais da advocacia e estudantes de Direito, a ESA-MT promoveu quase 12 mil capacitações em 2016. Somente neste ano, a ESA-MT contou com um total de 11.827 inscritos nos cursos, palestras e congressos.

Ao todo, 10.417 foram certificadas pela participação em cursos de forma-

ção e capacitação, sempre selecionados pelo Conselho Curador em busca de temas atuais e em conformidade com a demanda de mercado.

Com a participação de nomes de peso nas mais diversas áreas do Direito, foram realizados oito Congressos e 24 palestras. Também foram promovidos, ao longo deste ano, 40 cursos com projeto desenvolvido pelo conselho

curador da ESA-MT.

Ainda, por meio da parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), foram ofertados, a preços acessíveis, 88 cursos telepresenciais.

De maneira inédita, a ESA-MT também firmou junto com a OAB-MT, Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e Mecon Brasil um, Termo de Cooperação para capacitação de advogados para a me-

dição, conciliação e arbitragem.

Idealizado pela ESA-MT, o projeto Direito em Debate trouxe temas polêmicos e em destaque na sociedade para um debate amplo com todas a sociedade sob diversos pontos de vista.

A ESA-MT também buscou parceria junto ao grupo Atame para oferecer, com descontos, cursos de pós-graduação no interior de Mato Grosso.

## Curso sobre Lei Anticorrupção e Compliance está com inscrições abertas

As principais implicações e sanções impostas pela Lei Anticorrupção serão tratadas no curso “Lei Anticorrupção e introdução ao Compliance” que acontece nos dias 10 e 11 de fevereiro na ESA-MT. As inscrições ficam abertas até o dia 10 de fevereiro.

O curso aborda as principais implicações e sanções impostas pela Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 a empresas públicas e privadas, bem como as diretrizes para implementação de um programa de compliance efetivo, inclusive com base na Lei das Estatais, nº 13.303/2016.

O investimento para o curso, que possui carga horária de 12h, para o advogado regular é de R\$370, para o estagiário ou estudante é de R\$300, para a jovem advocacia regular R\$330 e para o público em geral R\$400. Ao todo são ofertadas 30 vagas.

## Comissões de Defesa do Consumidor se unem contra limitação da Internet

Após as declarações do ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmando que a limitação da banda larga no Brasil não passará de 2017, as Comissões temáticas de Defesa do Consumidor das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de todo o país se unem contra a medida.

Em maio do ano passado, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) chegou a autorizar a comercialização, por parte das operadoras, de planos com limitação de dados da internet fixa (banda larga), causando revolta na população e uma

mobilização dos órgãos e entidades de defesa dos direitos dos consumidores, inclusive com distribuição de demandas jurídicas.

Depois disso, a Anatel revogou a portaria que autorizava a limitação da banda larga no Brasil. Contudo, no início deste ano, Kassab, disse categoricamente que a limitação da internet no país não passará de 2017.

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Rodrigo Palomares destaca que a atitude de limitar a banda larga consiste em agressão direta à Constituição Federal e fere o

Direito do Consumidor que trata da garantia de ininterruptibilidade dos serviços essenciais ofertados no mercado de consumo.

Em repúdio à pretensão do ministro, as comissões temáticas de Defesa do Consumidor de 17 seccionais da OAB, além da Comissão Nacional de Defesa do Consumidor se unem num protesto simultâneo alertando os consumidores brasileiros sobre seus direitos no que diz respeito à internet.

“Não vamos medir esforços para garantir aos consumidores brasileiro uma internet fixa ilimitada e de qualidade. É isto o que defendemos e apoiamos”, ressaltou Rodrigo Palomares.



# CAA/MT realiza Carnaval kids no dia 24 de fevereiro

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza no dia 24 de fevereiro (sexta-feira) o Carnaval kids. Podem participar filhos e dependentes de advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) nos quadros da OAB-MT.

Os profissionais da advocacia adimplentes com a OAB-MT receberão o ingresso mediante doação de 1kg de alimento. Os demais (incluindo os dependentes de todos os profissionais da advocacia adimplentes ou não) pagam o valor de R\$ 25 + 1 kg de alimento não perecível.

Criança com idade até 05 anos não paga o valor do ingresso, mas será

necessária a doação de 1 kg de alimento. As demais crianças, com idades superior a 5 anos, pagam o ingresso no valor de R\$ 25 + 1kg de alimento.

O evento ocorrerá nas dependências do Colossu Buffet Park localizado na Avenida 8 de abril, no bairro Verdão, em Cuiabá. A festa terá início às 19h.

Na oportunidade, a equipe de animação da Tia Hanna comandará o concurso de fantasias entre os pequenos foliões.

Os ingressos estarão à venda na sede da CAA/MT (Centro Político Administrativo) e Estacionamento dos Advogados (próximo ao Fórum Cível e Criminal de Cuiabá).

Confira outras atrações do Carnaval kids realizado pela CAA/MT:

**MÚSICA** - A animação dos foliões ficará por conta do músico Henrique Maluf e Banda e da Bateria Show do Mestre Munir. No repertório, marchinhas e grandes clássicos do Carnaval.

**PARQUE INFANTIL** - O ingresso também garante acesso livre ao parque infantil existente no local. São inúmeros brinquedos para agradar os pequenos foliões: pista bate-bate, barco viking, carrossel, cama elástica gigante, cama elástica baby, simulador de

carros, trenzinho maluco, mini roda gigante, mesa de air game, pebolim eletrônico e fliperamas.

**BUFFET** - O cardápio do baile de Carnaval da CAA/MT contempla mesa de frios com porções e finger food, pratos quentes, sobremesas e bebidas (exceto alcoólicas que serão comercializadas pelo próprio buffet). Para a criançada, um menu especial com lanches preparados na hora: pipoca, batata frita, x-burger, nuggets e mini cachorro quente.

**Informações:** CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374

# CAA/MT Cáceres firma convênio com DCE Papelaria e Serviços

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) comemora mais uma parceria na subseção de Cáceres. Os profissionais da advocacia inscritos na OAB-MT já podem adquirir produtos e serviços com desconto na DCE Papelaria e Serviços.

A Delegada da CAA/MT, responsável pela celebração do convênio, Cibeli Simões dos Santos, explica que os percentuais de descontos variam segundo a forma de pagamento. “Na compra com pagamento em dinheiro ou cartão de débito o desconto será de 12%. Agora, o colega que quiser pagar sua compra a prazo, com o cartão de crédito, terá um desconto de 5%”.

Ela lembra que os descontos ofere-

cidos pelo convênio CAA/MT x DCE Papelaria e Serviços não são válidos para os produtos em promoção.

A relação completa das empresas e prestadores de serviços que possuem convênio com a CAA/MT está disponível na área de SERVIÇOS do site institucional ([www.caamt.com.br](http://www.caamt.com.br)).

#### TOME NOTA:

**12%** de desconto para vendas à vista (dinheiro/cartão de débito)

**5%** de desconto para vendas a prazo (cartão de crédito)

**Serviço:** A DCE Papelaria e Serviços está localizada na Avenida São João, bairro Cavalhada, em Cáceres. O telefone para contato é (65) 3222-2149



## Dupla mato-grossense é campeã nacional de futevôlei



Os advogados representantes de Mato Grosso Carlos Eduardo Maluf Pereira e Rodrigo Ribeiro Verão foram os campeões da modalidade de futevôlei disputada no 1º Jogos de Verão das Caixas dos Advogados do Brasil. Eles venceram na final a dupla do Distrito Federal. No placar, 18x6 para Carlos Eduardo e Rodrigo.

O evento foi realizado pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) entre os dias 10 e 15 de janeiro, em Natal (RN). A competição teve a participação de mais de 500 profissionais da advocacia de 16 estados brasileiros.

Além da dupla que conquistou o ouro, Mato Grosso esteve representado pelos advogados Bruno Figueiredo e Silva e Márcio Rogério Santana. Ambos também inscritos para as disputas de futevôlei.

No 1º Jogos de Verão foram disputadas, ainda, as seguintes modalidades esportivas: surf, tênis, vôlei de praia, beach tennis e futebol society.

O coordenador nacional da Concad e presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Distrito Federal (CAA/DF), Ricardo Peres, falou da participação dos advogados e advogadas na competição. “O sucesso do evento nós devemos aos advogados e advogadas e Caixas de Assistência que se fizeram presentes. A meta para a próxima edição é aumentar o número de advogados participando dos Jogos de Verão para que possamos ter mais profissionais da advocacia fazendo atividade física e se confraternizando”.

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite, adianta que, para este segundo ano de gestão, ações voltadas ao bem-estar da advocacia mato-grossense serão priorizadas. “Investiremos mais e teremos uma extensa programação para os esportes este ano”, assegura.

A próxima edição dos Jogos de Verão das Caixas dos Advogados será realizada no Espírito Santo.

## Vade Mecum 2017 já está à venda na Livraria do Advogado

A Livraria do Advogado está comercializando a versão atualizada 2017 do Vade Mecum da editora Rideel. A obra jurídica, organizada por Anne Joyce Angher, está em sua 24ª edi-

ção e possui 2.400 páginas. O valor normal de venda é de R\$ 189,90. Contudo, na Livraria do Advogado, o exemplar está sendo vendido pelo preço promocional de R\$ 154,90 (à vista ou 1x no cartão).

O vade mecum pode ser adquirido diretamente na livraria que está localizada na sede administrativa da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), em Cuiabá. O frete

é gratuito para envio às localidades do interior de Mato Grosso.

**Informações:** Livraria do Advogado (65) 3644-1374 Ramal 208 e (65) 99249-3416 (whatsapp).

# Presidente do TDP compõe Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), André Stumpf, foi designado pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, para compor a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia.

André Stumpf foi designado como membro consultor da Comissão nesta quarta-feira (25).

O respeito às prerrogativas profissionais da advocacia foi considerado a principal frente de trabalho do primeiro ano da atual gestão do Conselho Federal.

A exemplo do trabalho desempenhado em Mato Grosso, onde a Caravana das Prerrogativas, capitaneada pelo presidente do TDP percorreu diversas subseções, a Caravana Nacional das Prerrogativas visitou nove seccionais durante todo o ano de 2016.



## Boletos para pagamento da anuidade com desconto de 10% estão disponíveis

A emissão de boleto para o pagamento da anuidade da OAB-MT em parcela única já está disponível no site da entidade. Aos que realizarem o pagamento até o dia 27 de fevereiro terão um desconto de 10%.

A partir deste ano, para reduzir os custos da advocacia, o carnê de anuidade foi substituído pela Carta-Boleto, gerando uma economia de R\$21.182,82.

Com o desconto de 10% para pagamento em parcela única até o dia 27 de fevereiro, o valor da anuidade será de R\$765.

Até o dia 31 de março é possível realizar o pagamento em parcela única do valor total da anuidade de R\$850.

Para os que optarem em realizar o pagamento parcelado, os boletos poderão ser emitidos a partir do dia 10 de fevereiro. O advogado pode efetuar o pagamento da anuidade regular em 11 parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$85. A data base de vencimento para todos os meses subsequentes é dia 28.

## OAB-MT recompõe anuidade em valor abaixo do recomendado pelo Conselho Federal

Após um ano de atuação em defesa da sociedade e da advocacia, bem como de reequilíbrio da gestão, atendendo à recomendação do Conselho Federal, a OAB-MT corrigiu o valor da anuidade para o período de 2017. Sensível à crise econômica que o país e Estado atravessam, o Conselho da Seccional decidiu recompor o valor para R\$850, abaixo do mínimo proposto pela recomendação.

O Conselho Federal da OAB (CFOAB) determinou que as Seccionais de todo o país corrigissem o valor da anuidade para 2017, e que no mínimo, devem ater-se à recomposição dos valores das anuidades praticados em janeiro de 2013. A recomposição de 14,81%, percentual abaixo do recomendado que foi de 28,54%, ocorreu após seis anos com o valor da anuidade congelado.

Para a região do Centro-Oeste,

o plano de nivelamento regional do CFOAB propôs o valor de R\$900.

A resolução nº 226 da OAB-MT dispõe sobre a tabela de anuidades, taxas e emolumentos e estipula que o pagamento integral da anuidade, regular ou escalonada, deverá ser efetuado até o dia 31 de março.

Aos que realizarem o pagamento integral da anuidade, regular ou escalonada, até o dia 28 de fevereiro, terão um desconto de 10%. O valor com desconto será de R\$765.

O advogado pode efetuar o pagamento da anuidade regular em 11 parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$85. A data base de vencimento para todos os meses subsequentes é dia 28.

Anuidade escalonada - Ao advogado adimplente inscrito em 2016, o valor da anuidade em 11 parcelas mensais é de R\$52,50. Já para os ins-

critos em 2015 é de R\$60. Aos inscritos em 2014, o valor é de R\$70 e em 2013, de R\$75.

O advogado inscrito há mais de 25 anos e adimplente até o dia 19 de dezembro de 2016, tem direito à redução do valor da sua anuidade para R\$700, valor que pode ser pago integralmente ou em 11 parcelas iguais de R\$70.

Para os advogados com inscrição originária entre 2013 e 2016 e inadimplente, será possível efetuar a quitação dos débitos em atraso e gozar do benefício da anuidade escalonada no exercício de 2017.

As inscrições efetuadas no curso deste ano terão o valor da anuidade calculado de forma proporcional ao número de meses faltantes para o encerramento do ano, tomando-se por base o mês subsequente à data de protocolo do pedido de inscrição.

# Informe OAB

## OAB-MT participa de debate nacional sobre sistema penitenciário

Uma discussão ampliada do sistema prisional está na pauta do Conselho Federal da OAB. Durante o debate realizado pelos presidentes seccionais sobre a crise penitenciária, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, sugeriu a realização de um debate nacional sobre o tema que ganhou força com as propostas de outras seccionais.

O objetivo é fazer com que os Estados tomem as providências necessárias para garantir a aplicação das leis. As agendas de vistorias aos presídios que se encontram em estado mais crítico serão articuladas pelo presidente da OAB, Claudio Lamachia, com cada seccional e deve ocorrer ao longo deste primeiro trimestre.

No Conselho Federal, Leonardo Campos votou favorável à representação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos. “Igualmente, não podemos admitir a morte de centenas de policiais que trabalham em condições aquém do ideal para nos proteger”, frisou o presidente da OAB-MT.



## OAB irá à Corte Interamericana de Direitos Humanos

O Conselho Federal da OAB e as Seccionais levarão estas chacinas ocorridas nos presídios brasileiros à Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como organizará vistorias em cadeias de todo o país. O objetivo da representação da OAB junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos é fazer com que os Estados tomem as providências necessárias para garantir a aplicação das leis.

## OAB repudia declaração de ministro da Justiça sobre gravação de audiência entre advogado e cliente

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Colégio de Presidentes de Seccionais repudiam, de forma veemente, a manifestação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, defendendo a gravação de conversas de advogados com seus clientes nos presídios federais. O sigilo das comunicações entre advogado e cliente é elemento essencial do Estatuto da Defesa e não pode, a qualquer pretexto, ser violado.

## Reformas da Previdência e Trabalhista serão abordadas em palestra na OAB Primavera do Leste

A subseção de Primavera do Leste da promoveu a palestra jurídica “As mudanças previdenciárias e seus efeitos para a Previdência e para a sociedade”, ministrada pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), Edson Bueno, a palestra também abordou a nova/velha discussão entre o Direito do Trabalho legislado e o negociado.

## Justiça Federal atende OAB e determina aplicação correta de recursos dos fundos de telecomunicações

Atendendo solicitação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Justiça Federal determinou que os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) sejam aplicados, exclusivamente e integralmente, na melhora da execução e da fiscalização dos serviços de telecomunicações. Em ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, a OAB denunciou o uso indevido das verbas arrecadadas pelo Fistel e pediu a imediata solução da irregularidade.

# Em Destaque



O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de Mato Grosso (Sindepo-MT), Wagner Bassi Junior em visita à OAB-MT



Colaboradoras da OAB-MT em confraternização de fim de ano



Comissão de Estagiários entrega doações em asilo de Cuiabá



Em São José dos Quatro Marcos, confraternização marca Colégio de Presidentes



Subseção de Colíder realiza reunião itinerante em Marcelândia



Subseção de Várzea Grande representa sociedade no Conselho da Cidade